

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIOECONÔMICO [CSE]
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Karina Costa

A Economia Feminista como novo campo de pesquisa da Ciência Econômica: uma crítica ao viés androcêntrico da economia *mainstream*

Florianópolis
2022

Karina Costa

A Economia Feminista como novo campo de pesquisa da Ciência Econômica: uma crítica ao viés androcêntrico da economia *mainstream*

Graduação em Ciências Econômicas do Centro de Sócioeconômico da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas
Orientador: Prof. Brena Paula Magno Fernandez.

Florianópolis

2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Costa, Karina

A Economia Feminista como novo campo de pesquisa da
Ciência Econômica: : uma crítica ao viés androcêntrico da
economia mainstream / Karina Costa ; orientador, Brena
Paula Magno Fernandez, 2022.

41 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio
Econômico, Graduação em Ciências Econômicas, Florianópolis,
2022.

Inclui referências.

1. Ciências Econômicas. 2. Economia Feminista; Gênero.
3. Viés Androcêntrico. 4. Economia Mainstream; Homo
Economicus; Separative Self. 5. Racionalidade; Teoria da
Escolha Racional. I. Magno Fernandez, Brena Paula . II.
Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em
Ciências Econômicas. III. Título.

Karina Costa

A Economia Feminista como novo campo de pesquisa da Ciência Econômica: uma crítica ao viés androcêntrico da economia *mainstream*

Este Trabalho Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do Título de Bacharel em Ciências Econômicas e aprovado em sua forma final pelo Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina

Florianópolis, 27 de julho de 2022.

Prof. Helberte João França Almeida, Dr.
Coordenador do Curso

Banca Examinadora:

Prof.(a) Brena Paula Magno Fernandez, Dr.(a)
Orientador(a)
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Prof. (a) Carmen Rosario Ortiz Gutierrez Gelinski, Dr.(a)
Avaliador(a)
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Prof.(a) Clarice Menezes Vieira, Dr.(a)
Avaliador(a)
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)

À minha mãe, uma mulher essencialmente feminista.

AGRADECIMENTOS

De início, agradeço à minha mãe, Marilene, sem ela nada disso aqui seria possível. Por ter me ensinado desde criança que o conhecimento é a única coisa que ninguém pode tirar de mim.

Depois, ao Renzo Dimeo, que me mostrou que a distância não significa ausência. Por não medir atenção para que eu possa me sentir amada. E por todas as coisas boas que esse presente me traz.

À minha maravilhosa orientadora, Brena Paula Magno Fernandez, agradeço duplamente. Primeiro pela oportunidade que foi virar a chave da minha formação como cientista social, ao ter me apresentado a importância do que está por trás das cortinas: a metodologia. A disciplina de Metodologia Econômica se mostra como imprescindível dentro da graduação de ciência econômica, e a equívoca falta de consideração a ela, um ponto nevrálgico. Segundo, por depois disso, a chance de poder fazer pesquisa no que realmente acredito.

Aos meus amigos, em especial ao Jackson Simionato, Júnior Klein, Arthur Caldas & Caetano. Por quase uma década de uma amizade única e peculiar. À Natália Dias, Iasmin Kormann, Lally Schlemmer, Lara Ferst, Bruna Silveira, Edu Coelho e Felipe Bottamedi, por estarem saboreando junto comigo o doce amargo que é o início da vida de um jovem adulto. E ao pessoal do Vale de Lágrimas, pela troca tão cômica e sarcástica, quanto sábia e empática.

Também agradeço ao Edu, Franco Dimeo, Isa e Dona Pety. Pela companhia durante uma dura quarentena. E pela parceria nas aventuras afora.

Obrigada às pessoas do meu trabalho. Em especial à Stella e ao Álvaro, por me fazerem rir e pelo acolhimento.

E por último, um agradecimento em certo grau de abstração: à escalada. Por ter me salvado.

“Onde não há amor, também não há razão”.
Fiódor Dostoiévski, *Memórias do Subsolo*,
1864.

*“Há algo de sobrenatural em tudo isso.
Assim pudesse a filosofia descobri-lo”.*
William Shakespeare, *Hamlet*, 1599-1601.

RESUMO

Este trabalho entende que a ciência econômica, constituída por diversos campos de estudo distintos, é construída socialmente, tal como as demais ciências. No dado contexto, surge a Economia Feminista como novo campo de pesquisa, que possui o gênero como categoria analítica e uma abordagem pluralista. Esse campo de pesquisa vem atuando pela necessidade de reestruturar uma série de suposições enviesadas. O principal viés é o que diz respeito ao androcentrismo no torso da teoria econômica neoclássica, cujo garante o caráter sexista da economia dominante. Não só a ciência econômica herdou valores baseados em especulações masculinas de gênero nos seus modelos e métodos, como as demais disciplinas científicas o fizeram. Desse modo, o objetivo deste trabalho é mostrar que a abordagem da Economia Feminista, a partir do papel fundamental de desvincular as pressuposições dualistas, de valor e das limitações existentes na teoria aqui analisada, busca o horizonte de uma melhor forma de fazer ciência. Para isso, em primeiro lugar, será apresentada a Economia Feminista e sua crítica à concepção *mainstream* do *homo economicus*. Num segundo momento, expor-se-á a interpretação do *separative self* (eu separado) nos modelos neoclássicos, e a crítica às quatro suposições que a fundamenta: o egoísmo no mercado; que as comparações interpessoais de utilidade são impossíveis; que as preferências são exógenas e imutáveis; e que os indivíduos são racionais. Em terceiro lugar, apresenta-se a argumentação acerca da dicotomia hierárquica das características dadas como “masculinas” e “femininas” na epistemologia patriarcal das teorias. E finalmente, a principal crítica no que tange o viés androcêntrico que a perspectiva da teoria da escolha racional carrega, através da premissa mais “sagrada” da economia neoclássica: a racionalidade.

Palavras-chave: Economia Feminista. Gênero. Viés Androcêntrico. Economia mainstream. Homo economicus. Separative Self. Racionalidade. Teoria da Escolha Racional.

ABSTRACT

This work understands that the economic sciences, consisting of several distinct fields of study, is socially constructed, just like other sciences. In the given context, Feminist Economics emerges as a new field of research, which has gender as an analytical category and a pluralistic approach. This field of research has been acting out of the need to restructure a number of biased assumptions. The main bias is the androcentrism in the torso of neoclassical economic theory, which guarantees the sexist character of the dominant economy. Not only has economic science inherited values based on masculine gender speculations in its models and methods, but other scientific disciplines have as well. In this way, the objective of this work is to show that the Feminist Economics approach, starting from the fundamental role of disentangling the dualistic assumptions, value and limitations existing in the theory analyzed here, seeks the horizon of a better way of doing science. To this end, in the first place, Feminist Economics and its critique of the mainstream conception of homo economicus will be presented. In a second moment, the interpretation of the separative self in neoclassical models will be exposed, as well as the critique of the four assumptions that underlie it: selfishness in the market; that interpersonal utility comparisons are impossible; that preferences are exogenous and immutable; and that individuals are rational. Third, the argument about the hierarchical dichotomy of characteristics given as "masculine" and "feminine" in the patriarchal epistemology of theories is presented. And finally, the main criticism regarding the androcentric bias that the rational choice theory perspective carries, through the most "sacred" premise of neoclassical economics: rationality.

Keywords: Feminist Economics. Gender. Androcentric Bias. Mainstream Economics. Homo economicus. Separative Self. Rationality. Rational Choice Theory.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Diferenças entre Economia de Gênero e Economia Feminista

17

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Interpretações da Economia Feminista	30
Tabela 2 – Interpretações da Economia <i>Mainstream</i>	31

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	A CRÍTICA AO VIÉS ANDROCÊNTRICO DA ECONOMIA MAINSTREAM.....	14
2.1	A Economia Feminista.....	14
2.2	A metodologia na Economia Feminista.....	18
2.3	A economia <i>mainstream</i> , neoclássica, à luz da Economia Feminista	19
2.4	A crítica ao <i>homo economicus</i>	20
2.5	A crítica do eu separado	23
2.5.1	Comparações interpessoais de utilidade	25
2.5.2	Preferências exógenas e imutáveis aos modelos econômicos	26
2.5.3	Egoísmo no mercado e altruísmo em casa.....	27
2.5.4	Indivíduos racionais.....	28
2.6	A dicotomia hierárquica de características “masculinas” e “femininas”	28
3	A CRÍTICA FEMINISTA À TEORIA DA ESCOLHA RACIONAL...32	
3.1	Racionalidade: a mais “sagrada” suposição neoclássica	32
3.2	A Teoria da Escolha Racional	34
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	36
	REFERÊNCIAS.....	39

1 INTRODUÇÃO

A Economia Feminista é um campo de pesquisa muito jovem no âmbito da ciência econômica. A finalidade dessa abordagem surge a partir da necessidade de uma compreensão mais profunda no que diz respeito à economia como um todo. Para este efeito, é evidenciado o viés de gênero na investigação. A análise tem sido desenvolvida a partir dos anos 1980, e a discussão tende a estar envolta dos eventos socioeconômicos que promovem impactos na esfera feminina. Esses eventos englobam tanto questões práticas, quanto teóricas. O trabalho aqui referido tem como objetivo apresentar a Economia Feminista como um campo de pesquisa crítico ao viés androcêntrico que permeia a ciência econômica na sua forma mais convencional. A economia convencional, ou *mainstream* – termo que será frequentemente utilizado nesse texto para nomear a corrente econômica dominante, e algumas vezes, a economia neoclássica –, possui diversas lacunas no seu arcabouço. Essa corrente não parece ter tanto interesse em investigar a omissão da perspectiva de gênero que existe na estruturação das teorias. Assim, a invisibilização da mulher, do ambiente familiar e do trabalho doméstico, a interpretação enviesada do comportamento humano, a crítica à epistemologia patriarcal¹, tal como a ligação entre o pensamento ocidental moderno sobre gênero e sobre ciência, são um dos fatores discutidos na literatura feminista econômica (Bordo, 1987; Harding, 1986; Nelson, 1990, 1992; Keller, 1985; Merchant, 1980).

Para cumprir com o objetivo do trabalho, o texto será segmentado em quatro capítulos, em que numa pesquisa de caráter qualitativo, por meio de pesquisa bibliográfica, atenderá o seu propósito exploratório. A ordem respectiva dos capítulos se dá por este primeiro introdutório que designa amplamente o papel e propósito da Economia Feminista. Depois, no capítulo dois, composto por seis subseções, apresenta-se a Economia Feminista de forma contextual, suas particularidades em relação à sua intenção e as essenciais diferenças com a economia de gênero, a partir de uma interpretação mais robusta da categoria analítica *gênero*. Também apresenta-se a sua metodologia e a argumentação crítica ao viés androcêntrico na economia *mainstream*, tais como a crítica ao *homo economicus*, ao modelo do eu separado e à dicotomia hierárquica de características dadas como “femininas” e “masculinas”. Quanto ao capítulo três, pretexta-se a

¹A princípio, o conceito de patriarcado pode ser adjetivamente referido ao conceito weberiano de patriarcalismo, ou seja, uma ideologia patriarcal que advém de períodos antes de existir o Estado, onde há a lei de um senhor que exerce dominação e tradicionalmente possui legitimidade perante as formas sociais mais simples. Portanto, não nos parece adequado falar em patriarcalismo em sociedades capitalistas. Dessa forma, o conceito de patriarcado que é atribuído na expressão “epistemologia patriarcal” utilizada neste trabalho, se refere a uma referência implícita e sistemática do poder e da dominação pelos homens sobre as mulheres não relacionada ao conceito weberiano, mas relacionada a uma maior abrangência e adaptação à complexidade das relações na contemporaneidade (Castro e Lavinias, 1992: 238).

crítica à teoria da escolha racional a partir da premissa da racionalidade. E por fim, se encerra com as considerações finais.

2 A CRÍTICA AO VIÉS ANDROCÊNTRICO DA ECONOMIA MAINSTREAM

2.1 A Economia Feminista

O termo “Economia Feminista” surgiu pela primeira vez apenas em 1988, com a obra de Marilyn Waring intitulada como *If Women Counted: a new feminist economics*, envolto de uma análise crítica ao sistema de contabilidade nacional. Nos Estados Unidos, as primeiras discussões públicas organizadas sobre o tema tiveram lugar em reuniões da Associação Econômica do Sul e da Associação Econômica Americana em 1989. Estas tiveram como resultado, em 1992, a criação da Associação Internacional de Economia Feminista (*International Association for Feminist Economics – IAFFE*) e da revista *Feminist Economics*², em 1995, marcando a presença da corrente feminista ao plano econômico. Ademais, foi no livro *Beyond Economic Man: feminist theory and economics*³, publicado primeiramente em 1993, que os princípios centrais da economia de um ponto de vista feminista foram fundamentados. Assim, esse jovem campo de pesquisa foi designado como programa autônomo.

O ponto de partida, tomado por uma crescente insatisfação em relação à economia *mainstream* [corrente dominante], pode ser segmentado em substancialmente três aspectos gerais: I) a metodologia; II) a epistemologia e III) a conceitualização ontológica implícita do comportamento humano, particularmente dos agentes econômicos e sua caracterização.

Os pressupostos metodológicos da Economia Feminista em relação à crítica ao viés androcêntrico da ciência econômica são respaldados pela crítica ao *homo economicus* e sua caracterização, ao modelo do eu separado, e a crítica que se refere à corrente econômica neoclássica, no que tange o viés androcêntrico que a perspectiva da teoria da escolha racional carrega. Essa discussão tem espaço interdisciplinar entre os pensadores do tema, incluindo a economia, a filosofia, a sociologia e a ciência política.

O conjunto de insatisfações que constroem a crítica à prática da econômica dominante resumem-se, portanto, aos conflitos com a negligência da investigação por parte do *mainstream*. Nesse cenário, a razão da qual a Economia Feminista não ser tão bem aceita quanto a economia de gênero na área da ciência econômica se dá por essa segunda ser integrada às práticas do

²Acesse www.iaffe.org e www.feministeconomics.org

³As colaboradoras de *Beyond Economic Man* citadas neste trabalho são Rebecca M. Blank, Paula England, Marianne A. Ferber, Nancy Folbre, Donald N. McCloskey e Julie A. Nelson

mainstream, sendo um subcampo da economia dominante. Enquanto a primeira, uma corrente crítica que denuncia desvios androcêntricos, através de, muitas vezes, vias interdisciplinares. Esse subcampo da economia *mainstream*, portanto, se contrasta à Economia Feminista. Como enfatiza Robeyns (2000), existem radicais diferenças entre ambas em todos os aspectos, e separá-las permite destacar suas distinções.

Elas se diferem pelo uso da categoria analítica gênero, onde que na Economia Feminista se encontra no papel de apontar a hierarquia estrutural de poder entre homens e mulheres, e os frutos disso resultantes na sociedade. Mais do que, as diferenças de poder entre entidades, raças, grupos etários, classes sociais, grupos com preferências sexuais diferentes também são relacionados em um conjunto de fenômenos que encorpa essa categoria.

A perspectiva feminista também distingue os termos *sexo* e *gênero*, uma vez que *sexo* se refere às diferenças biológicas entre homens e mulheres. A discussão das diferenças biológicas entre sexos serem características com determinado significado possui algumas vertentes, tal como Nelson (1992) esclarece que, num lado estão aqueles que tendem a minimizar a diferença entre os sexos, olhando para uma visão “andrógina” dos homens que assumem traços tradicionalmente masculinos ou femininos, conforme necessário. E de outro lado estão aqueles que não minimizam as diferenças, mas enfatizam a necessidade de “revalorização”, ou seja, aumentar o valor social percebido de fenômenos corporais femininos, como por exemplo a procriação.

Mesmo que o gênero como categoria analítica já se mostrar presente no prisma de investigação da economia muito antes, é com a consolidação do campo de pesquisa que ele se tornou efetivamente o cerne conceitual do programa. Mesmo que tímida a participação na economia no período dos clássicos, o intuito de promover uma gama mais ampla de oportunidades às mulheres tem aparição entre as primeiras pensadoras dedicadas aos princípios da Economia Política. Jane Marcet; Harriet Marineau e Millicent Garrett Fawcett se dedicavam a constituir esse arcabouço (Abaora; Reader, 2007). Então, no decorrer da teoria feminista contemporânea, essa categoria torna-se consolidada como fundamental base para compreender e responder o quadro da desigualdade entre os sexos e os efeitos que esse cenário carrega.

Neste caso, além de o gênero ser uma categoria chave para a investigação feminista, é utilizada de forma robusta a fim de questionar suposições hierárquicas de poder e estruturas sexistas sistemáticas na ciência econômica.

A neurofisiologista Ruth Bleier (1923-1988) foi uma das primeiras acadêmicas a explorar como os preconceitos de gênero moldaram a biologia. No livro *Feminist Approaches to Science* (1986), ela busca compreender os fenômenos em direção a uma ciência *diferente*,

melhor, feminista e emancipadora. Bleier afirma haver uma crença social em relação às interpretações de gênero. Por exemplo, o peso médio do cérebro das mulheres ser menor que dos homens implicar que as mulheres são menos racionais, trata-se de uma construção de gênero. Ou na medicina, em que os sintomas conhecidos popularmente do infarto serem dor e pressão no peito e dor intensa no braço esquerdo. Quando, na verdade, esses sintomas são estritamente masculinos, mas convencionalmente considerados como gerais, já que, no que diz respeito às mulheres nesse quadro, os sintomas são dor abdominal, náuseas e pressão no pescoço. Essa segunda situação será melhor entendida ao longo do trabalho, quando for abordado o questionamento da Economia Feminista sobre a parcialidade das presunções masculinas.

O gênero, portanto, trata-se de uma construção que é formada através da dinâmica das relações sociais, e é associado aos estereótipos e padrões que uma cultura estrutura com base nas diferenças reais ou conscientizadas entre homens e mulheres. Essas crenças sociais projetam a figura do homem como autônomo e racional e a figura da mulher como dependente e emocional. Projeções como estas são igualmente míticas e distorcidas, e não possibilitam a concepção de comportamento *humano*. Comportamento tal, que deve abranger tanto as características entendidas como “masculinas”, quanto as entendidas como “femininas”, na verdade, como parte do agente econômico de ambos os sexos.

Quanto à metodologia, o corpo da Economia Feminista propõe-se de forma pluralista, a priorizar algumas formas alternativas de investigação dos fenômenos estudados, e norteadas pela multiplicidade de abordagens, faz uso de um amplo conjunto instrumental (Fernandez, 2008). Como ressalta Julie Nelson (1995), a análise feminista sugere o uso de mais de um modelo econômico, dependendo da aplicabilidade de várias técnicas de modelagem nas diversas aplicações. Também possui audiência interdisciplinar como público geral, podendo incluir ou não a economia neoclássica, possuente, porém, de uma ontologia incompatível com diversas suposições da corrente *mainstrea*.

Mesmo que a Economia Feminista não imponha diretamente conclusões de políticas feministas à pesquisa econômica, a ampliação da modelagem econômica abre novas oportunidades no horizonte analítico. Como do trabalho invisível exercido pelas mulheres nos espaços domésticos (Fernandez, 2021), das desigualdades salariais de gênero no mercado de trabalho (Teixeira, 2008; Fernandez, 2019) ou no mais adequado desenho das leis na esfera das políticas públicas, citando caso análogo.

A economia de gênero, por sua vez, adere ao *individualismo metodológico*, à estabilidade e às preferências exógenas. Ou seja, como subcampo da economia *mainstream*,

tem o entendimento dos fenômenos sociais como ponto de partida que os seres em atividade econômica são como átomos sociais, ou componentes de uma totalidade social. Ela constitui uma noção de “gênero” não robusta o suficiente, por não chegar a sequer questionar as relações de poder que foram estruturadas de acordo com a relação desigual entre mulheres e homens.

Para facilitar a visualização dos divisores entre ambas, o quadro apresentado abaixo pode representar os indicadores essenciais das diferenças metodológicas.

Quadro 1 - Diferenças entre Economia de Gênero e Economia Feminista

	Economia de Gênero	Economia Feminista
Diferença com o mainstream	introduz o gênero ao invés de indivíduos sem gênero, e faz análises políticas sensíveis ao gênero	se difere do mainstream; pode ser radicalmente diferente, em todos os aspectos
Uso do “gênero”	em sua definição fraca	em sua definição forte
Metodologia	mainstream	Pluralista
Ontologia	marginalmente diferente do convencional / mainstream	Pluralista
Aceitação pelos economistas	Possui aceitação	Muitas vezes não possui
Audiência dirigida a	Principalmente a economia neoclássica	Audiência interdisciplinar, economia neoclássica as vezes incluída

Fonte: Is There a Feminist Economics Methodology? (Robeyns, Ingrid. 2000, p.12)

De modo geral, um dos pontos de partida da investigação feminista está na restituição de alguns conceitos para uma mudança do quadro analítico. E essa investigação baseia-se na condição de contestar as práticas científicas existentes, através de parâmetros também científicos, a tal ponto que estas teriam de ser fundamentalmente alteradas, pelo questionamento das suposições e da epistemologia dominante. Sobre essas contestações, Carrasco (2008: 93) aponta:

Como acontece com a maioria das disciplinas – e com as críticas feitas a elas -, o que se denomina economia feminista não corresponde a um quadro monolítico; ao contrário, ela integra vários enfoques e vários níveis de ruptura com os paradigmas estabelecidos, como consequência lógica de um processo de construção e reconstrução conceitual, de criação e recriação de pensamento, em geral permeado de dúvidas, demonstrações e experimentações que não dando forma e conteúdo a novas perspectivas teóricas e aplicadas. Contudo, a presença de diversas perspectivas na economia feminista, perspectivas críticas à corrente dominante, longe de ser um conflito, reflete o grau de maturidade alcançado pelos novos enfoques.

Nesse sentido, essa perspectiva crítica às diferenças com, neste caso, a economia de gênero, demonstra seu grau de maturidade ao romper com algumas das fronteiras tradicionais. Os enfoques pluralistas, por exemplo, e uma maior robustez no que se refere à categoria analítica, fazem parte dessa construção e reconstrução metodológica.

2.2 A metodologia na Economia Feminista

Embora pareça ter pouquíssimo interesse em economia feminista entre os estudiosos da teoria feminista, parte do seu desenvolvimento deriva das vertentes dessa teoria (Robeyns, 2000). A teoria feminista, que vem se desenvolvendo continuamente desde os anos 1960, possui a capacidade de introduzir novos enfoques e propor novas questões. Ao passo que a Economia Feminista, se posiciona ao papel da crítica analítica da estrutura dualista e hierárquica que proporciona total reconhecimento à sociedade mercantil (Carrasco, 2008). Ela leva ao questionamento de muitas suposições e valores básicos estruturantes à prática econômica atual. Questões sobre a adequação dessa prática são levantadas não porque em geral a economia é muito objetiva, mas porque não é objetiva o suficiente (Nelson, 1995). Os valores baseados em especulações masculinas de gênero sobre modelos, métodos e pedagogia foram, até agora, interpretados como imparciais e generalizadores em economia, tal como em demais disciplinas científicas. Assim como na biofísica e na matemática, em que a própria questão de a figura visual de um cientista ao longo dos tempos ser suportada por características fortemente masculinizadas é estudada (Keller, 1987).

Diversas feministas têm usado métodos para a investigação econômica que provém de outras áreas, como a antropologia, psicologia, filosofia ou sociologia (Berik, 1997; Kim 1997; Olmsted, 1997; Riach e Rich, 1998; Robeyns, 2001; van Staveren, 1997). Ou mesmo no âmbito da economia que explora modelos mais ricos de comportamento econômico humano (Folbre, 1994a; Sen, 1997; Frank, 1988).

Harding (1995) defende que a epistemologia do *standpointtheory* pode ser um caminho para chegar numa “objetividade forte”, que contrasta com a “objetividade fraca” das ciências *mainstream*. A metodologia subjacente à noção clássica de objetividade não tem quaisquer instrumentos para detectar pressupostos, valores e interesses culturais generalizados, como os pontos de partida androcêntricos criticados pelas feministas. Como é frequentemente observado por autores do *mainstream*, a investigação feminista não introduz pressupostos, valores e interesses políticos na investigação neutra em termos de valores; apenas torna explícitos os que já estavam lá.

A Economia Feminista, portanto, determina seu método, sobretudo, dependendo do contexto e do sujeito analisado na investigação, e se for o caso, passa a utilizar diversos métodos na mesma investigação, a fim de uma melhor compreensão ao que foi estudado.

É de suma importância ressaltar que o propósito concreto da Economia Feminista não se trata de substituir preconceitos masculinos por femininos, nem exercer uma economia “feminina” na qual o poder hierárquico seria transferido entre os sexos. A melhoria da análise deve focar na abordagem em que há um desvinculo dos julgamentos sobre valor e sobre o que merece mérito ou não na prática econômica, tal como a economia *mainstream* vem abordado de forma negligente.

2.3 A Economia *mainstream*, neoclássica, à luz da Economia Feminista

Entende-se que a teoria neoclássica que constitui o arcabouço da corrente dominante na disciplina da Ciência Econômica pressupõe um “agente econômico”, enquanto esse indivíduo “econômico” também é “racional”. Conjuntamente, supõe-se que este agente racional possua um sistema de preferências estável, ao lado da habilidade de calcular o ponto mais alto tangível em sua escala de preferências.

O paradigma neoclássico, por apresentar-se de modo a simplificar e estereotipar a natureza e a presença das mulheres no âmbito econômico, considerando-as até, como menos produtivas que os homens no mercado de trabalho (Carrasco, 2008), revela os principais desafios da Economia Feminista. A existência feminina sendo totalmente descartada do papel do *homo economicus* pelos pressupostos neoclássicos, passa a resumir-se como economicamente dependente dos homens. Sem que haja a lógica analítica contrária, i.e., os homens mantêm-se no papel de sujeitos econômicos, racionais e independentes.

Nelson (1993, 1996) defende uma definição menos estreitada de economia em relação ao *mainstream*, orientada pelo provisionamento das necessidades dos seres humanos, onde bens e serviços poderiam ser levados em conta. Busca-se transformar a disciplina a fim de permitir construir uma economia integrada à análise da realidade de mulheres e homens, tendo como desiderato principal a satisfação das necessidades *humanas* (Carrasco, 2006:31).

Um dos principais diferenciais entre economia *mainstream* e a economia feminista está em que esta última quer produzir conhecimentos e *insights* relevantes, considerando que muito das críticas à economia neoclássica são motivadas ou argumentadas com base na irrelevância do trabalho da ortodoxia para explicar questões do mundo real. Como ressaltam Ferber e Nelson (eds., 1993), o objetivo se dá por reter e melhorar a análise econômica, e

eliminar da disciplina os preconceitos criados pela centralidade das preocupações nitidamente masculinas.

Nancy Folbre (1982) também evidencia que apenas uma prática heterodoxa não é o suficiente para estar atento às diferenças de gênero. Tal como a vertente marxista, que negligencia as relações de gênero no plano familiar tanto quanto os neoclássicos. As funções que as mulheres desempenhariam no âmbito do trabalho doméstico seria posposto na teoria marxista, uma vez que esse tipo de trabalho passar-se-ia a ser interpretado como criador de valores de uso e não de troca. Ela aponta que Marx e Engels puseram de lado as preocupações feministas para afirmar o seu trabalho como científico.

Dentro dos fatores analíticos de investigação, atenta-se ao que diz respeito a representação dos agentes econômicos do modelo de comportamento humano pelo *homo economicus*. A próxima subseção tratará deste tópico, e em particular do viés androcêntrico presente nesta representação.

2.4 A crítica feminista ao *homo economicus*

Na trajetória da concepção do papel do homem nos modelos econômicos neoclássicos, rege a formulação do *homo economicus* no âmago das teorias, mesmo que em diferentes momentos históricos. A delimitação se fez necessária ao plano do pensamento e comportamento do indivíduo quando inserido em atividade econômica. Na retrospectiva etológica de Joseph Persky (1995) a primeira formulação com maior notabilidade é atribuída ao pensador e economista do século XIX John Stuart Mill (1806-1873) na obra de cunho metodológico “*Da definição de economia política e do método de investigação próprio a ela*”, publicada pela primeira vez em 1836. O *economic man* apresentado em seus escritos baseia-se na concepção de utilidade da ciência econômica, apresentando um indivíduo, portanto, apoiado na sua motivação para a acumulação. E na evolução do conceito, passando por diferentes momentos históricos, torna-se conceitualmente o cerne da teoria econômica com a revolução marginalista. Embora Carl Menger (1840-1921), também ligado ao desenvolvimento do utilitarismo, passar-se-ia a discutir o que seria a segunda vertente do *homo economicus*, cujo possuía uma avaliação individual e subjetiva fora dos moldes utilitaristas; sendo esse indivíduo um economizador em vez de um maximizador, é somente na tradição marginalista austríaca que se apresenta uma explicação econômica de escolha “racional” como meio de maximização de gostos e preferências.

Esse modelo de comportamento humano é o ponto de partida mais ferrenho e objetivo para a análise neoclássica. Se trata de um indivíduo racional, com preferências plenamente desenvolvidas, ativo, autossuficiente e egoísta. Que não é influenciado pela sociedade e que só interage por interesse próprio por meio de um mercado ideal em que os preços formam o único e necessário meio de comunicação. Um agente que, confrontado com desejos ilimitados e recursos escassos, otimiza sempre com êxito as suas escolhas.

O âmago das teorias neoclássicas fundado em um viés androcêntrico que anseia a aspiração pelas relações de mercado e procede por meios individualmente egoístas, deriva do mesmo período em que a filosofia burguesa do individualismo estava em voga. Essa filosofia compõe a ideologia dominante de acumulação capitalista, e é constituída pela ideia de que “o ser humano deveria ser independente, dirigir-se a si mesmo, ser autônomo, livre – deveria ser um indivíduo, uma unidade distinta da massa social, e não ficar perdido nela” (McDonald, 1962 *apud* Hunt, 1981 [1978], p. 51).

Destarte, passa-se a adotar a sugestão do cidadão de Thomas Hobbes (1588-1679) em *O Cidadão* (1651), na sua perspectiva sobre a condição humana em relação à natureza, para ilustrar a semelhança ao perfil do *homo economicus*, que é aquele que brota da natureza como cogumelos (HOBBS, 1992, p. 158), racional, maduro, livre e chegando à plena maturidade sem todo e qualquer tipo de compromisso uns com os outros.

Com caráter implícito, o androcentrismo presente na representação do *homo economicus* que se assemelha ao “homem cogumelo”, termo advindo de Hobbes, se dá uma vez que, os seres humanos não evoluem de modo independente como os fungos de cogumelo, mas nascem de outros seres, as mulheres, e desenvolvem-se a partir da nutrição e cuidados, geralmente, dessa mesma fonte.

Tomando como referência, ainda, o trabalho de Nelson (1995: 11), ela ressalta:

Os seres humanos nascem de mulheres, são nutridos e cuidados como crianças dependentes e, quando idosos ou doentes, socializados em grupos familiares e comunitários, e são perpetuamente dependentes da alimentação e de um lar para sustentar a vida. Estes aspectos da vida humana, cuja negligência é muitas vezes justificada pelo argumento de que são sem importância, ou intelectualmente desinteressantes, ou meramente naturais, são, não apenas por coincidência, as áreas da vida pensadas como “trabalho de mulher”.

Assim como em caso análogo, nas histórias do personagem Robinson Crusoe (1719) do romance de Daniel Defoe (1660-1731), que narra um naufrago resistente a quase três décadas em uma ilha isolada, em que não há nenhuma dependência de ninguém, e nenhuma responsabilidade por ninguém além dele mesmo. Ele interage na sociedade sem ser influenciado

pela sociedade, com o meio ambiente não exercendo efeito algum sobre ele. Seu modo de interação ocorre através de um *mercado ideal* no qual os preços formam a única, e única forma necessária, de comunicação (Nelson, 1995).

Dessa forma, a conceitualização do *homo economicus* surge pela confusão dos termos aqui revisados. “Homem”, “racional” e “econômico” aparecem ao lado numa divisão com os termos “mulher” e “família”.

Não obstante a caracterização do *homo economicus* é descrita em termos de construções dualistas, que chamada de *separative self* por Paula England em *Beyond Economic Man* (1993), será compreendida mais profundamente na próxima subseção.

2.5 A crítica do modelo do eu separado (*separative self*)

O *separative self* (England, 1990) é uma crítica que pretende sistematizar as hipóteses enviesadas androcentricas de muitas teorias formuladas a partir da concepção neoclássica. O modelo do eu separado desafia a afirmação positiva de que os sujeitos humanos são autônomos e emocionalmente desconectados dos demais, incapazes de empatia, e a valorização normativa do eu separado invés de conectado. Tanto na escrita normativa⁴ quanto na positiva o tema separação/conexão é de grande relevância, e considera-se não haver nenhum benefício ou necessidade no fator que os homens sejam representados por um eu separado, enquanto as mulheres, representadas por enfatizarem a conexão.

Na economia neoclássica, são identificadas as seguintes quatro suposições anexas ao seu arcabouço: o egoísmo no mercado; que as comparações interpessoais de utilidade são impossíveis; que as preferências são exógenas e imutáveis; e que os indivíduos são racionais. Para England (2002) a crítica ao *separative self* fundamenta-se por essas suposições. Esse modelo “separatista” de natureza humana considera, portanto, indivíduos autônomos, refratários a influências sociais e incapazes de praticar a empatia. Esse modo de proceder se faz presente nas características comportamentais desses indivíduos no “mercado” e na economia.

Pressupõe-se que a concepção do eu separado descreve os homens com maior precisão do que as mulheres; que os homens também são embutidos em laços emocionais de conexão que as teorias do eu separado têm negado e ignorado; e que na medida em que as diferenças de gênero sob interpretação da separação/conexão são construídas socialmente, as teorias sociais que incorporam o eu separado em sua fundamentação são modelos imprecisos a respeito de certos arranjos sociais, embora afirmem ser gerais e imparciais.

Catherine Keller (1986 *apud* England, Kilbourne; 1990) apresenta o início do eu separado com os filósofos gregos, como Aristóteles, e os primeiros cristãos. Ao associarem as mulheres à água, à natureza animal e aos monstros compostos, e os homens à imagem de Deus (uma figura desagregada do elemento primordial de criação), um viés de superioridade do homem passaria a ser estruturado. A aura masculina é interpretada como *separada* e homogênea à mulher, enquanto a aura feminina relaciona-se à conexão com o lótus heterogêneo e primitivo.

Através do liberalismo clássico na filosofia política, presume-se que os homens sejam separados e autônomos, onde discute-se a passagem de um “estado de natureza” para o estado cooperativo contratual. Como afirma Benhabib (1987), esses teóricos consideram as mulheres

⁴A escrita normativa que aqui se refere é em termos da filosofia da ação, a respeito de como o sujeito humano “deve ser” e de como “deve raciocinar”. Fernandez (2017) sugere atenção em que, inobstante o estatuto da teoria da decisão acerca da racionalidade seja normativo, a teoria econômica mainstream por muito tempo acreditou representar o comportamento humano como “é”, e não como ele “deve ser”. A abordagem positiva do comportamento, em ambiguidade com a normativa, pretende provar sistematicamente generalizações úteis aos modelos de previsões empíricas, crendo tornar, dessa forma, o estudo mais objetivo. Em partes, isto se tornará mais explícito ao longo do trabalho.

como a fonte de alimentação e conexão disponíveis para os homens, e esse comportamento, entendido como natural, passando a ser ignorado, ao passo que o eu separado era valorizado.

A ênfase da separação/conexão pode ser compreendida através da análise da pesquisa disponibilizada por Carol Gilligan em *In D Different Voice: psychological theory and women's development* (1993), que sugere o raciocínio moral das mulheres como frequentemente baseado em uma ética de responsabilidade e cuidado que flui de uma conexão emocional entre o eu e o outro, e em contraste, o raciocínio moral dos homens costumeiramente fundamentado em uma ética de não-coerção de princípios, que pressupõe e procura honrar a separação do outro.

Ademais, a crítica também é discutida na psicologia do desenvolvimento. Muito embora haja diferenças teóricas, há o consenso da individuação ser interpretada como “nível de competência”, enquanto a conexão entre os sujeitos humanos, capaz de florir empatia, como regressiva para o desenvolvimento (Gilligan, 1982 *apud* England, 2002). Nesse sentido, essas suposições assumem que as tarefas responsabilizadas às mulheres com relação ao gasto emocional de criar os filhos e servir de retaguarda e auxílio aos homens, não são reconhecidas como parte do amadurecimento social. Dessa forma, evidencia o caráter genérico dessas suposições acerca do desenvolvimento humano, tratando-se de princípios do desenvolvimento masculino sob certos arranjos sociais, que fortalecem esse padrão.

A separação do outro pelo lado masculino também é enobrecida na filosofia da ciência, onde a objetividade foi definida em termos de separação entre o sujeito (no caso, o cientista) e o objeto (de estudo). Fox Keller (1983, 1985) indaga que essa escolha de como definir a ciência diz mais sobre a própria psicologia masculina do que sobre a melhor forma de compreender os fenômenos e aspectos da vida em sociedade.

Para Keller, não se trata somente de coincidência os homens que exercem essa ciência autônoma masculina-separada. Isso quer dizer que, existem fortes percepções oriundas da capacidade de empatizar com o objeto de estudo que se é estudado. Assim, sob a corrente normativa científica, essas conexões emocionais atuam no âmbito do “contexto da descoberta”, como o contexto do trabalho doméstico e a educação dos filhos. Entretanto, a linguagem científica utilizada atua no “contexto da justificação”, invisibilizando o “contexto da descoberta”, e, por assim dizer, o contexto que não se enquadra dentro das determinadas justificativas.

Certas lacunas podem ser avaliadas no que diz respeito à suposição do egoísmo no âmbito familiar, onde sugere-se que o comportamento altruísta predomina. O economista de Chicago Gary Becker (1981), em caso análogo, assumiu pais completamente altruístas, que exercem funções de utilidade dos membros da família, sendo esse o argumento da sua própria

função de utilidade. Neste caso, o homem seria o chefe altruísta, e os beneficiários a mulher como mãe e as crianças como filhos. Embora ele afirmara que essa distinção de gênero não era necessária para seu argumento, a suposição está relacionada ao modelo do eu separado.

Em circunstância à terceira suposição de Paula England, quanto a incapacidade de praticar a empatia, uma interpretação é feita de que os sujeitos seriam caracterizados como egoístas somente no ambiente de foco principal da economia, mas no plano familiar, esse mesmo indivíduo teria um contraste no comportamento, tornando-se altruísta entre seus membros. Presume-se que, em muitos modelos neoclássicos, os indivíduos passam a ser complacentes à sinergia familiar e possuem conexões emocionais empáticas entre outros seres humanos incorporadas na família, diferente do que ocorre nas análises do mercado. Dessa forma, essa simplicidade de suposições restritivas viabiliza conclusões de modelos matemáticos dedutivos de uma única função de utilidade familiar. Portanto, se o egoísmo fosse assumido como uma constante nas teorias, a separação/conexão não poderia ser variável, tanto no aspecto familiar, como em outros aspectos.

Parece haver um exagero tanto desse modelo do eu separado de comportamento econômico quanto do altruísmo restrito à família. O contraste na análise do comportamento do indivíduo no plano familiar e no âmbito de mercado revela o quão imerso em noções de papéis de gênero essas suposições são.

Para elucidar melhor o viés androcêntrico que se apresenta nesses fundamentos do eu-separado, a crítica feminista aplicada à estas suposições serão segmentadas nas próximas subseções.

2.5.1 Comparações interpessoais de utilidade

England (1993a), esclarece a utilidade concebida como a satisfação dos desejos subjetivos de um indivíduo, onde esse conceito não possui parâmetros mensuráveis ou de bem-estar objetivo, assumido pela economia neoclássica, que as comparações interpessoais de utilidades são impossíveis. I.e, não existe possibilidade de saber qual indivíduo seria mais ou menos favorecido em uma determinada troca, porque a “moeda” dessa troca seria a própria utilidade, que é concebida radicalmente como subjetiva.

A utilidade como medida ordinal através das preferências reveladas poderia ser utilizada, mas não em uma escala de intervalo que forneceria uma métrica comum com a qual comparar entre os indivíduos (Hirshleifer, 1984, p. 476).

Destarte, Paula England (1990) alega que a medição pela utilidade em uma amostra maior que um indivíduo, ou seja, em grupos, deveria ser também calculada numa média entre as utilidades de cada pessoa. Entretanto, os economistas admitem ser impossível fazer tal média precisamente porque os indivíduos podem ponderar recompensas de maneiras distintas em suas funções de utilidade, nunca concluindo, portanto, que o grupo em determinada posição estrutural, seria mais favorecido do que o outro.

England (1990: 11) ainda ressalta:

Isto explica a razão pela qual as teorias neoclássicas positivas se harmonizam bem com as posições normativas conservadoras sobre questões distributivas. Um paradigma que nega a possibilidade de afirmar que aqueles na base das hierarquias têm em média menos “utilidade” do que os outros, não está certo de que praticamente toda a redistribuição coletivista é não-Pareto-optimal, inclinará seus praticantes a serem conservadores em questões distributivas.

Ao considerar o eu separado com a suposição de que as comparações de utilidade são impossíveis, é negado, portanto, a possibilidade de um eu empático e emocionalmente conectado com os demais.

O ponto crucial da crítica se apresenta na conclusão de que, caso os indivíduos possam fazer comparações de utilidade interpessoal, essas comparações forneceriam informações sobre vantagens e desvantagens relativas a cada indivíduo analisado, assim, poder-se-ia usar tais comparações como linha de medição, invés de considerá-los tão impossíveis em princípio.

2.5.2 Preferências exógenas e imutáveis aos modelos econômicos

Muito embora o grau de utilidade fornecido pelo composto de bens, serviços, lazer, condições de trabalho, crianças etc. é determinado pelas preferências, a origem dessas preferências não é esclarecida. Para alguns economistas (England, 2002 apud Stigler e Becker, 1977), além de não considerar mudança nas preferências, i.e. os gostos permanecerem os mesmos durante o tempo, também existe um comportamento pouco variável entre os indivíduos, assim, a maioria dos comportamentos seriam explicados por preços ou dotações, tornando-se exógenos aos modelos, e, portanto, sem relação com o contexto dentro do qual ocorrem os atos de escolha.

Em contraponto, o economista californiano Hirshleifer (1984) discorda dessa interpretação, considerando disciplinas como a sociologia e a psicologia importantes na explicação da variação das preferências. Uma vez que levantamos fatores externos que podem ser permeáveis às preferências, consideramos influências sociais e psicológicas, ou

simplesmente, a capacidade de o sujeito humano ser efêmero diante das suas múltiplas interações e escolhas.

Além disto, England (2002) ressalta a presença da discriminação de gênero como fator influenciador de preferências., uma vez que em um ambiente hostil discriminatório às mulheres, como nos campos que predominam os homens, os resultados desse contexto acarretam preferências tendenciadas a retração do papel feminino com resultado de um menor rendimento.

Dentro do campo da psicologia cognitiva-desenvolvimentista, as preferências são analisadas desde a socialização infantil, quando os valores e gostos são formados na presença da influência dos adultos do mesmo sexo, além de considerar fatores condicionantes que originam novas preferências futuras (Kohlberg, 1966). A fonte dessa divergência entre a ênfase masculina e a feminina em relação à separação e à conexão pode ser explicada por esse aspecto chave da socialização infantil. Então, se a figura primária de cuidados de um ser recém-nascido geralmente ser a mulher, uma criança do sexo feminino terá sua primeira relação com a figura do mesmo sexo, enquanto uma criança do sexo masculino, com o sexo oposto. O resultado disso são homens mais individualizados do que as mulheres pelo fator de não haver identidade com seu ser cuidador, mas separação. Por conseguinte, tal separação não se faz necessária, permitindo mais permeabilidade psicológica numa proximidade emocional (desenvolvendo empatia e altruísmo).

2.5.3 Egoísmo no mercado e altruísmo em casa

A suposição de que os indivíduos são egoístas está relacionado com o modelo do eu separado. Além de ser um modelo “masculino” de egoísmo que não cabe bem às mulheres, só se adequa ao âmbito do mercado, mas no plano familiar, o indivíduo é entendido como atuante do altruísmo. Essa visão enobrece a autonomia dos homens fora da família, e os dão notabilidade dentro dela. Também se sugere que o egoísmo atribuído ao comportamento do indivíduo econômico deve ser adequadamente considerado como uma variável, e não como uma constante, mesmo que possa influenciar na perda do poder dedutivo formalizado dos modelos.

Como esclarece England (2002), as suposições sobre os papéis de gênero não serem examinadas levam a uma forte dispersão de pontos de vista sobre a esfera de mercado e a esfera doméstica, resultando na incapacidade de perceber como os arranjos convencionais perpetuam a subordinação sistemática das mulheres aos homens, fortalecendo os preconceitos androcêntricos em diversos fragmentos da estrutura teórica da Economia neoclássica.

2.5.4 indivíduos racionais

Na concepção neoclássica o comportamento dos indivíduos com racionalidade resume-se em que: dado os meios necessários para atingir os seus objetivos, tais indivíduos sempre esforçar-se-ão maximizar a sua utilidade esperada. Esse comportamento é motivado pelo auto interesse (interesse individual). Muito embora a Economia Feminista concorde que os indivíduos de fato ajam de acordo à influência das consequências de suas ações, e que essas ações são realizadas com base na habilidade de calcular esses efeitos, o ponto nevrálgico desse pressuposto aparece na interpretação de que a racionalidade é oposta à emoção.

A racionalidade na visão ocidental apresenta um dualismo entre a razão e emoção, e a razão vinculada à interpretação de ser superior a esse polo dicotômico. Como England (1990) explica, a rejeição de separar as capacidades humanas em completos opostos tem uma semelhança considerável com a rejeição de glorificar a separação entre os sujeitos. Essa interpretação separativa do pressuposto da racionalidade também enxerga seres buscentes de uma utilidade maximizadora que está sempre a serviço de si mesmo, aos moldes do egoísmo operacional presente nos agentes atuantes das atividades mercantis.

Essa simplificação de pressupostos gera conclusões, em certa medida, determinantes, e, em grande medida, com um viés masculinizado. A próxima subseção explicará que a maneira de extrair uma interpretação mais *real* dessa simplificação se dá através de assumir dualismos carregados de um teor hierárquico.

2.6 A dicotomia hierárquica de características "masculinas" e "femininas"

A teoria da metáfora conceitual postulada pelos pensadores cognitivos Lakoff e Johnson (1980) apresenta a metáfora como fundamental mecanismo da linguagem utilizada no entendimento do mundo, e da compreensão de uma pessoa para outra. E apesar de ser variável culturalmente, a natureza da adição do uso metafórico na linguagem é a mesma. Ou seja, a capacidade de expandir a percepção de conceitos mais abstratos para fatores físicos e materiais. Entretanto, a definição da economia *mainstream* é baseada no uso metafórico da dicotomia hierárquica de gênero, provida de uma epistemologia patriarcal.

As demarcações dicotômicas são encontradas em diversos planos de estudos. Em *The rhetoric of economics* de Donald McCloskey (1983), os dualismos que o modernismo ocidental enfatiza podem ser percebidos entre científico e humanista, fato e valor, verdade e opinião, objetivo e subjetivo, duro e suave, rigoroso e intuitivo, preciso e vago, masculino e feminino.

Como Nelson (1996) bem coloca, os estudiosos do feminismo averiguam o pensamento ocidental como contribuinte para a consolidação da concepção dualista enviesada na sociedade, e os seus conceitos fundamentais— especialmente os dualismos hierárquicos da *razão* sobre a *natureza* e do *isolamento* sobre a *relação* – estão fundamentalmente ligados a uma ideologia de gênero que também avalia os homens superiores às mulheres.

Desde o período do século XVII predominava a concepção masculina da sede da razão pura e do corpo feminino como fonte não confiável de sensação e emoção. Na filosofia, o francês René Descartes (1596-1650) teria corroborado na distinção feita da mente/corpo. Em relatos científicos a natureza feminina era entendida como misteriosa e dona de segredos que deveriam ser arrancados dela. Susan Bordo (1987) descreve esse período como um cenário de instabilidade social, em que o dualismo cartesiano seria uma reação compensatória à perda de unidade social através de reivindicações antropocêntricas de domínio sobre o mundo físico da natureza.

A relação da masculinidade com a ciência presente no processo de descrever os próprios fenômenos científicos, tal como a dicotomia hierárquica de gênero concepção dominante é representada pelo sexismo dos dualismos morais e de valor, que delinearam conexões metafóricas de *up in center rational control* ao “superior” e “masculino” e *down out periphery submission emocional* ao “inferior” e “feminino” (Lakoff e Johnson, 1980). Dessa forma, a associação cultural de “feminino” e “masculino” à “inferior” e “superior”, respectivamente, é transmitida à divisão entre “boa” economia ou “má” economia.

As associações desvinculadas de um caráter sexista na abordagem feminista direcionam uma interpretação sem menor valor implícito ao que diz respeito à noção de “rígido”, “racional” e à questão da “objetividade”. Então, é entendido que as noções opostas de dureza e de rigidez podem significar ausência de flexibilidade e de resiliência na adaptação de mudanças, representando os aspectos “suave” associado ao feminino.

O termo “*hard*” é associado a homens e interpretado como positivo e “*soft*” associado a mulheres e interpretado como negativo (England, 2002), ou a qualidade da “precisão” associada à masculinidade e o contraste da “vagueza” associada à feminilidade. Nesse sentido, há um nítido preconceito androcêntrico ao atribuir o aspecto de força nos termos masculinizados e fraqueza nos termos feminilizados (McCloskey, 1985), visto que as noções opostas de dureza e de rigidez, podem significar ausência de flexibilidade e de resiliência na adaptação de mudanças, representando os aspectos “suave” associado ao feminino.

De acordo com Nelson (1995), a associação sexista do feminino com menor valor implícito em determinados julgamentos sobre valor, não é uma questão sobre crenças pessoais isoladas, mas sobre um hábito cultural e cognitivo.

Em resumo, a economia convencional entende como rigor científico modelos que prezam a individualidade, racionalidade geral e auto-interesse nos mercados, e que são provenientes de métodos quantitativos, positivos e objetivos de caráter generalista. Sugere-se que a dicotomia da economia *mainstream* apresenta um foco pela conquista da masculinidade, invés de ter o foco num bom argumento para a ciência. Enquanto a Economia Feminista entende que uma boa economia não é exclusivamente voltada às análises de mercados, mas possui maior foco no provisionamento dos sujeitos humanos, podendo utilizar vias interdisciplinares.

Nesse sentido, a Tabela 1 e a Tabela 2 apresentam o arranjo sistemático das concepções da Economia Feminista em contraste às concepções da economia *mainstream*.

Tabela 1 – Interpretações da Economia Feminista

Associações	Rígido/flexível
	Racional/altruísta
	Objetividade = neutralidade de valores
Métodos e modelos	Racionalidade limitada
	Normativo
	Pluralista
	Flexível
	Realista
“má” economia	Falta de abrangência
	Sem real aplicabilidade
	Manipulação matemática
	Estreitamento
“boa” economia	Não exclusivamente análise dos mercados
	Provisionamento dos sujeitos humanos
	Sem vieses androcêntricos
	Interdisciplinar

Fonte: tabela desenvolvida pela autora a partir das tabelas em *Rationality and Humanity: a view from feminist economics* e *Between a rock and a soft place: ecological and feminist policy debates* (Julie Nelson, 2005; 2009)

Tabela 2 – Interpretações da Economia *Mainstream*

Associações	Rígido/fraco Racional/irracional Objetividade = Masculinidade
Métodos e modelos	Racionalidade geral Positivo Matematizado Geral Preferências exógenas
“má” economia	Emocional Irrealista Vaga Fraca (<i>soft science</i>)
“boa” economia	Lógica Precisão Empirismo Rígida (<i>hard science</i>) Masculinizada

Fonte: tabela desenvolvida pela autora a partir das tabelas em *Rationality and Humanity: a view from feminist economics* e *Between a rock and a soft place: ecological and feminist policy debates* (Julie Nelson, 2005; 2009)

A partir dessa sistematização, compreende-se que as qualidades tradicionalmente femininas e tradicionalmente masculinas têm tanto um aspecto positivo, quanto um aspecto negativo. Mas culturalmente tende-se a considerar as qualidades masculinas no cerne dos aspectos positivos, e as qualidades femininas, como aspectos negativos. Assim como Harding (1986) argumenta, a construção da ciência, de modo geral, é realizada aos moldes de adequação masculinos. Portanto, apesar de pesquisas sobre a cognição sugerirem que o entendimento de dualismos desempenha um papel essencial na estruturação do entendimento humano, ela não se limita simplesmente ao aspecto binário.

Nesse caso, ainda referencio Nelson (1995: 7) sobre gênero e valor:

Considere, por exemplo, a ideia de que uma economia “dura” é claramente preferível a uma economia “suave”. Este julgamento se baseia em uma associação de dureza com força, associada ao masculino, e suavidade com fraqueza, associada ao feminino. Entretanto, dureza também pode significar rigidez, assim como suavidade também pode implicar flexibilidade. A busca da dureza masculina que estimula toda associação com a feminilidade (e, portanto, com a flexibilidade) pode levar à rigidez, da mesma forma que a busca da suavidade feminina (sem força correspondente) leva à fraqueza. Não há benefício para a “especialização” do lado de um gênero: nem rigidez, nem fraqueza, os dois extremos da dureza e da maciez, são desejáveis. Há, entretanto, o benefício de explorar a complementaridade. A força temperada com flexibilidade produziria uma economia equilibrada e resiliente.

Isso quer dizer que, o uso das metáforas pode ser utilizado sem o viés androcêntrico que o permeia. Se a masculinidade, e, por conseguinte suas características, não for mais

associada à superioridade, benefícios em prol de um mais alto desempenho da ciência econômica podem ser atingidos. Ou seja, se ao contrário de associar o sentido de “duro” com “forte”, em contraste do termo negativo feminilizado “suave” associado com “fraco”, interpretar-se os adjetivos correspondentes com “flexibilidade” ou “resiliência”, o plano estrutural tende a encaminhar-se a melhores argumentos sem vieses de preconceitos.

Ademais, no contexto metodológico a interpretação acerca da racionalidade no comportamento dos sujeitos econômicos também é segmentada. Enquanto a racionalidade geral está estruturada nos métodos da economia mainstream, a Economia Feminista encontra uma noção consensual com a racionalidade limitada. Ambas serão melhor compreendidas na próxima seção.

3 A CRÍTICA FEMINISTA À TEORIA DA ESCOLHA RACIONAL

3.1 Racionalidade: a mais “sagrada” suposição neoclássica

O estudo da racionalidade tem sido discutido em diversas áreas além da economia, como a filosofia, a psicologia, a ciência política ou a biologia evolucionista. Como aponta Fernandez (2017), a filosofia da ação e a economia possuem relação imediata, devido ao conceito de racionalidade que se encontra como categoria. O objeto de estudo da economia é demarcado por esse conceito, sendo a mesma categoria fundamental, dentre outras, que pode especificar as distinções necessárias entre o que pode contar como uma ação ou não.

Pela perspectiva de um *conceito normativo*, a racionalidade baseia-se no raciocínio de qual ação efetivar de acordo com suas crenças, desejos, objetivos e no leque de informações referente a dada situação, designando a melhor razão para a ação pretendida.

No que tange à racionalidade no escopo da teoria neoclássica, refere-se à interpretação normativa como forma de delinear a estrutura em modelos e análises microeconômicas. O cenário que dá palco a esses modelos econômicos possui o panorama da concorrência perfeita, informação livre, cenário que não há incerteza, mercados futuros para todos os bens, ausência de externalidades etc. Como já assinalado nas sessões anteriores, o agente econômico carrega a premissa de que é racional. Esse comportamento racional se resume, restritivamente, às suposições do processo de tomada de decisão. E assume preferências consideradas completas, das quais o agente busca ter a melhor decisão em relação às informações obtidas. Entretanto, os seres econômicos alternam os seus gostos e preferências ao passo que estão integrados em sociedade e interagem às influências, e não carregam o domínio de todas as informações necessárias para calcular específica e assertivamente o resultado das suas decisões racionais.

As discussões críticas sobre a trivialidade da suposição mais “sagrada” da teoria neoclássica têm sido desenvolvidas no plano socioeconômico. Cabe ressaltar que na investigação da economia comportamental sobre racionalidade, resultados de pesquisas averiguaram não haver competência racional subjacente entre os sujeitos humanos na resolução de tarefas de raciocínio, utilizando, na verdade, regras intuitivas *heurísticas* propensas a erros, invés de racionalidade substantiva. Determinar que essas premissas normativas *ad hoc* de racionalidade dos agentes econômicos são os princípios da racionalidade, e que os agentes são reais, é determinar uma assertividade geral.

A restrição desse pressuposto pode ser entendida pela necessidade de resultado dos modelos matemáticos de equilíbrio geral. Uma vez que, se houvesse diferentes comportamentos não imagináveis ou fora da curva, acarretaria num distanciamento do objetivo de resolução dos problemas. I.e., o uso dos axiomas da racionalidade passa a ser essencial para as análises de mercado no panorama idealizado.

No plano apriorista da teoria filosófica da racionalidade, Sofia Miguens (2004) acerta em apontar a impossibilidade de limitar a racionalidade ao molde dos princípios de justificação de raciocínio e de ações, uma vez que se trata de seres humanos. Para ela, na formulação de uma teoria filosófica da racionalidade, os critérios de correção em termos cognitivos estão envolvidos, Esses critérios permitem explicitar as razões da escolha de determinado sistema composto de regras, normas e pressupostos. No caso da racionalidade aqui analisada, os pressupostos são ideais e canônicos.

O conflito da Economia Feminista com o cânone acerca da teoria da racionalidade implica nas críticas apresentadas: a separação entre os homens e mulheres, a dicotomia sexista na linguagem, a restrição do conceito do *homo economicus*, e o comportamento racional limitado da teoria neoclássica. Quanto ao último, será apresentado nesta próxima subseção.

3.2 A Teoria da Escolha Racional

A teoria da escolha racional surge em meados dos anos 1950 e 1960 nos Estados Unidos, e busca explicar o comportamento social e político baseado no pressuposto da racionalidade, com indivíduos auto-interessados. Alguns pensadores dessa perspectiva assumem indivíduos egoístas de forma operacional (Friedman; Hechter 1988).

No mesmo período da década de 1960, num organismo pensante diferente, surge a segunda onda do feminismo. Nesse período pode-se mais facilmente delimitar as vertentes que nele se criaram dentre todos os estudiosos da teoria feminista. O Feminismo liberal aceita muito do liberalismo do século XIX, defendendo os direitos individuais sobre o Estado e outras instituições, e que esses direitos, majoritariamente aplicados aos homens, deveriam ser estendidos às mulheres. Também atribui a noção de que os direitos individuais derivam da sua racionalidade, onde homens e mulheres são seres igualmente racionais. O feminismo socialista, em suma, deriva da tradição marxista, contrapondo a visão ortodoxa de que o sexismo é um epifenômeno do capitalismo e entende a desigualdade de gênero derivada das relações de classe.

Por sua vez, a teoria feminista radical-cultural argumenta que as qualidades tradicionalmente femininas são de grande valor, e que não são inferiores perante as qualidades interpretadas como masculinas, alegando que essa depreciação é gerada devido aos papéis de gênero e os preconceitos masculinos. Essa última estabelece o ponto de partida mais proveitoso e valioso à crítica das suposições da teoria da escolha racional: a distinção entre o eu separativo e um eu emocionalmente conectado (England, Kilbourne; 1990).

Posto que a posição feminista radical-cultural é antagônica à falsa dicotomização da razão e da emoção, ela propõe a suposição de racionalidade à medida em que essa dicotomização é implicada na premissa da racionalidade. Nesse sentido, requer-se uma revisão do nosso conceito de racionalidade, não assumindo sua inutilidade, mas reiterando a necessidade da revisão do nosso significado do termo.

Embora a Economia Feminista reitere a forma como o gênero têm sido retratado na teoria econômica, não somente existem críticas à luz da concepção feminista sobre os pressupostos neoclássicos, diversos outros cientistas o fizeram. E o trabalho da crítica feminista se baseia muito nessas avaliações já elaboradas.

Fora do plano *mainstream*, teorias econômicas alternativas notavam fatores não assumidos pela teoria da escolha racional. A significativa contribuição teórica de Herbert Alexander Simon (1955) sobre o tema é destaque, especialmente para a criação das ciências comportamentais, e no caso mais conveniente, à economia comportamental. Ambas as

abordagens possuem o horizonte da capacidade de construção de novas representações de problemas como fundamental no processo de tomada de decisão dos agentes.

Para ele, “a economia pode ser definida como uma ciência que descreve e prevê o comportamento de vários tipos de agentes econômicos” (Simon, 1959:253-254). A sua concepção no que toca a racionalidade sugere limitações no caráter racional desses agentes econômicos. Essa abordagem revisa o *homo economicus* com um comportamento mais *real*.

Muito embora Simon (1955) lembre que nenhum de nós é completamente inocente de conhecer e reconhecer as características brutas da escolha humana, ou das características gerais do ambiente em que essas escolhas são feitas, há formas de caracterizar a limitação dessas circunstâncias.

Existem severas exigências no eixo do modelo da teoria da escolha racional que essa abordagem analítica acurada hipotetiza tornar mais ampla. A proposta se dá por preencher lacunas que o comportamento racional da concepção neoclássica não considera.

O aprofundamento da análise comportamental pode garantir que a noção de que o ajuste racional pode operar em vários níveis. Ao contrário do cenário neoclássico criado, onde as simplificações do mundo real com fins de modelagem matemática introduzem defasagens entre o modelo simplificado e a realidade. Uma das imperfeições consideradas no modelo neoclássico se dá à questão de o raciocínio humano ser, na verdade, uma atividade que requer recursos, e que por conseguinte, gera custos para o agente econômico que provém de limitações ambientais, psicológicas e cognitivas (Fernandez, 2017). Essas limitações dizem respeito ao resultado incontornável para o intelecto humano.

A dimensão cognitiva do comportamento se apresentaria em contextos circunstanciais que substituem a racionalidade global. Em que os agentes teriam um tipo de comportamento racional compatível com o acesso à informação que os é dado, e com capacidades computacionais que realmente são possuídas pelos organismos nos tipos de ambientes em que tais organismos existem.

Embora não aparente haver relação clara entre a crítica feminista do modelo do eu separatista ao conceito de “racionalidade limitada” desenvolvido por Simon, a Economia Feminista também entende a ciência econômica composta por diversos tipos de agentes, e em tal momento ambas as abordagens críticas acerca do comportamento racional se cruzam. A carência das informações necessárias para realizar os cálculos otimizados e as limitações da capacidade cognitiva para fazê-los tornar-se-ão consenso.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O roteiro desta monografia apresenta a elaboração teórica mais primordial da literatura feminista econômica, derivada das suas principais colaboradoras. Pode-se dizer que nas últimas trinta décadas até atualmente a abordagem da Economia Feminista tem obtido um progresso sistemático, garantindo horizontes para o seu maior desenvolvimento. Mesmo que muito recente, esse novo campo de pesquisa situa-se no papel sólido de uma corrente crítica acerca das lacunas e limitações que a economia convencional deixou de investigar nos termos de gênero. Especificamente, à limitação das premissas repletas de um viés androcêntrico que as permeia. Ela parte da premissa que a economia, como qualquer outra ciência, é construída socialmente, e reconhece que os padrões estudados são determinados a partir de dentro de uma comunidade científica particular, não de fora.

O que a Economia Feminista compreende no que diz respeito ao conceito de “gênero” se distancia do entendimento que a economia de gênero aborda, uma vez que essa segunda é um subcampo da economia convencional e integrada às práticas do *mainstream*. Essa categoria analítica apresenta mais que as diferenças biológicas entre os sexos, mas uma construção formada pela dinâmica social da hierarquia estrutural de poder entre homens e mulheres.

Nesse sentido, um dos maiores avanços da Economia Feminista está em assumir que as características consideradas essencialmente masculinas ou femininas biologicamente, são, na verdade, características carregadas de componentes culturais.

As essenciais diferenças com a teoria econômica dominante representam as razões e intenção da Economia Feminista: a compreensão de uma ciência econômica menos estreitada e mais profunda. Esse estreitamento está ligado a duas questões: o viés androcêntrico nas especulações masculinas e a noção positivista de fazer ciência, que não admite métodos pluralistas. Assim, o objetivo central é o direcionamento para uma economia tão flexível, pluralista, humanista, como rígida, matematizada e precisa; sem que haja pressuposições enviesadas de cunho androcêntrico e dicotomias hierárquicas no plano metodológico e epistemológico.

Dessa forma, em primeiro lugar apresentou-se que I) a consolidação da suposição básica do *homo economicus*, como um conceito deficiente e incompleto; II) a concepção neoclássica entende que uma “boa” economia está associada erroneamente à uma prática científica “dura”, “objetiva”, matematizada e “rigorosa”. E III) A interpretação de que alguns modelos fora do

escopo *mainstream* podem ser classificados como vagos e desalinhados por não se adequarem às declarações de exigência do que se considera como “alto rigor científico”.

Para isso, a literatura feminista revisa os valores e as pressuposições básicas da prática econômica geral, e averigua a estrutura linguística da epistemologia patriarcal por detrás dos traços atribuídos ao sentido de qualidade dessa abordagem.

As especulações masculinas – carregadas de valor - de gênero sobre o assunto, modelo, método e pedagogia foram até agora mal interpretadas como premissas com valores livres e imparciais na economia, como em outras disciplinas científicas. Embora as atividades masculinas têm tomado o centro do palco como assunto de forma tradicional, os modelos e métodos têm refletido um padrão histórico e psicologicamente masculino de valorização da autonomia e do desvínculo à conexão.

Esse desvínculo pode ser compreendido através da crítica ao modelo do eu separado, que ao analisar as principais suposições neoclássicas, identifica e expõe as limitações na estrutura conceitual dos agentes econômicos racionais, autônomos, refratários às influências sociais e incapazes de praticar a empatia (fora do plano doméstico).

Essas questões referidas da análise são levantadas não porque a economia é muito objetiva, como julga a economia dominante, mas porque não é objetiva o suficiente. Assim, pode-se dizer que, a economia, no conjunto das ciências sociais, possui uma natureza de maior complexidade na desenvoltura das contestações da sociedade devido ao seu caráter interdisciplinar. Mas, é devido a essa interdisciplinaridade que a economia pode garantir uma ciência mais objetiva.

Dessa forma, a abordagem aqui apresentada não consiste em construir uma “economia feminina”, em que os preconceitos são transferidos de um polo ao outro. Mas incide em conduzir a economia masculina para uma economia menos estreita, e que se concentra no provisionamento dos sujeitos humanos.

Ademais, a teoria da escolha racional também é revisada a partir da suposição da racionalidade no escopo da teoria neoclássica. A trivialidade da suposição pode ser entendida pela necessidade de resultado dos modelos matemáticos. Já que há a impossibilidade de limitar a racionalidade ao molde dos princípios de justificação de raciocínio e de ações, como é tratado na economia convencional.

A significativa contribuição no plano teórico alternativo de Herbert Alexander Simon foi particularmente destaque nos estudos de economia comportamental. Sua proposta se dá por preencher lacunas que o comportamento racional da concepção neoclássica desconsidera, uma vez que há ajustes racionais que podem operar em diversos níveis, ao contrário do cenário

neoclássico, onde a noção de racionalidade é submetida às simplificações do mundo real. A crítica à carência das informações necessárias para realizar cálculos otimizados e as limitações da capacidade cognitiva para fazê-los tornar-se-ão consenso entre as abordagens.

Dado o apanhado de esclarecimentos aqui demonstrados, pode-se de fato compreender o fundamental papel da Economia Feminista como novo campo de pesquisa na ciência econômica atual. E que, impulsionada pela necessidade de revisar e reestruturar as diversas lacunas e limitações que a economia convencional não investigara, se encontra ao lado de diversas outras ciências que atribuem o papel da crítica aos vieses androcêntricos, rompendo com a sistematização dos mesmos. Para a Economia Feminista, portanto, na busca de uma melhor forma de fazer ciência, a solução não se trata de abandonar o objetivo da objetividade científica, mas potencializar a objetividade dissociada de vieses nebulosos, a ponto que se garanta uma abrangência e precisão nos seus métodos.

REFERÊNCIAS

- ABAROA, Elena Gallego. REEDER, John. **Mujeres economistas: las aportaciones de las mujeres a la ciencia económica y a su divulgación durante los siglos XIX y XX.** coord. por Luis Perdices Blas, Elena Gallego Abaroa, p. 17-53, 2007.
- BENHABIB, Şeyla.; CORNELL, Drucilla. **Feminism as critique: on the politics of gender.** 1987.
- BORDO, Susan. **The flight to objectivity: essays on cartesianism and culture.** Suny Press, 1987.
- BLEIER, Ruth. **Feminist Approaches to Science. The Athene Series.** Pergamon Press, Maxwell House, Fairview Park, Elmsford, NY 10523, 1986.
- CARRASCO, Cristina. La economía feminista: Una apuesta por otra. **Estudios sobre género y economía**, v. 15, p. 29, 2006.
- CARRASCO, Cristina. "Por uma economia não androcêntrica: debates e propostas a partir da economia feminista". In: SILVEIRA, Maria Lucia da; TITO, Neuza. **Trabalho doméstico e de cuidados: por outro paradigma de sustentabilidade da vida humana.** São Paulo: SOF, p. 91-104, 2008.
- CASTRO, Mary.; LAVINAS, Lena. Do feminino ao gênero: a construção de um objeto. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina. **Uma questão de gênero.** Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 1992.
- ENGLAND, Paula. A Feminist Critique of Rational-Choice Theories: Implications for Sociology. **The American Sociologist**, n. 20, p. 14-28, 1989
- ENGLAND, Paula. The separative self: androcentric bias in neoclassical assumptions. In FERBER, M.; NELSON, J. (Ed.) **Beyond economic man: feminist theory and economics.** Chicago: University of Chicago Press, p. 37-68, 1993.
- FERBER, Marianne. A.; NELSON, Julie. A. (eds.). **Beyond Economic Man: feminist theory and economics.** Chicago: University of Chicago Press, 1993.
- FERNANDEZ, Brena Paula Magno. Hugh Lacey's Epistemology Dialogs with Feminist Economy: Neutrality, Objectivity and Pluralism. **Estudos Feministas**, v. 16, n. 2, p. 359, 2008.
- FERNANDEZ, Brena Paula Magno. Razão, racionalidade, decisão racional: o que a concepção da filosofia da ação acerca do conceito de racionalidade tem a dizer para a economia (e vice-versa)? **Textos de Economia**, v. 20, n. 2, p. 31-53, 2017.
- FERNANDEZ, Brena Paula Magno. Teto de vidro, piso pegajoso e desigualdade de gênero no mercado de trabalho brasileiro à luz da economia feminista: por que as iniquidades persistem: **Cadernos de Campo: Revista de Ciências Sociais**, n. 26, p. 79-104, 2019.
- FERNANDEZ, Brena Paula Magno. **Trabalho invisível à luz das teorias neoclássica, marxistas e da economia feminista: três paradigmas em disputa.** In: Seminário Internacional Fazendo Gênero. UFSC - Florianópolis, 2021.

FOLBRE, Nancy. Exploitation comes home: a critique of the Marxian theory of family labour, **Cambridge Journal of Economics**, v. 6, issue 4, p. 317–329, 1982.

FOLBRE, Nancy. **Holding Hands at Midnight: the paradoxo of caring labor**. In: *Feminist Economics*, IAFFE e Routledge: v. 1, n. 1, p. 73-92, 1995.

FRIEDMAN, Debra; HECHTER, Michael. The contribution of rational choice theory to macrosociological research. **Sociological theory**, p. 201-218, 1988.

GILLIGAN, Carol. **In a different voice: Psychological theory and women's development**. Harvard University Press, 1993.

HARDING, Sandra. **The Science Question in Feminism**. Ithaca: Cornell University Press, 1986.

HARDING, Sandra. Can feminist thought make economics more objective? **Feminist Economics**, 1:1, p. 7-32, 1995.

HIRSHLEIFER, Jack et al. **The Voluntary Provision of Public Goods-Descending-Weight Social Composition Functions**. UCLA Department of Economics, 1984.

HOBBS, Thomas. **Do cidadão**. Trad. de R. J. Ribeiro, São Paulo: Martins Fontes, 1992. [1642].

HUNT, Emery Kay.; SHERMAN, Howard. **História do pensamento econômico**. Petrópolis: Vozes, 1985 [1972].

KELLER, Evelyn Fox. Feminism as an Analytic Tool for the Study of Science. **Academe**. v. 69, n. 5, p. 15-21, 1983.

KELLER, Evelyn Fox. **Reflections on gender and Science**. New Havenm Conn.: Yale University Press, 1985.

ROBEYNS, Ingrid. **Is there a feminist economic methodology?** Roma: Carocci, p. 119-145, 2001. Disponível em https://www.academia.edu/621278/Is_There_A_Feminist_Economics_Methodology

MERCHANT, Carolyn. **The Death of Nature: women, ecology and the Scientific revolution**. San Francisco: Harper & Row, 1980.

NELSON, Julie. Gender and Economic Ideologies. **Review of Social Economy**, v. 51., p. 34, 1993a.

NELSON, Julie. **The study of choice or the study of provisioning? Gender and the Definition of Economics**. In: FERBER, M. A.; NELSON, J. A. (eds.). *Beyond Economic Man: Feminist Theory and Economics*. Chicago: University of Chicago Press, 1993b.

NELSON, Julie. **Feminism, objectivity and Economics**. London and New York: Routledge, 1996.

NELSON, Julie. Rationality and Humanity: a View From Feminist Economics, **Economics Faculty Publication Series**, 38, 2005. Disponível em: https://scholarworks.umb.edu/econ_faculty_pubs/38

NELSON, Julie. Between a rock and a soft place: ecological and feminist economics in policy debates. **Ecological Economics**, v. 69, n. 1, p. 1-8, 2009.

PERSKY, Joseph. The ethology of homo economicus. **Journal of Economic Perspectives**, v. 9, n. 2, p 221-231, 1995.

SIMON, Herbert Alexander. A Behavioral Model of Rational Choice. **Quarterly Journal of Economics**, v.1, n. 69, p. 99–118, 1955.

TEIXEIRA, Marilane Oliveira. Desigualdades salariais entre homens e mulheres a partir de uma abordagem de economistas feministas. **Revista Gênero**, v. 9, n. 1, p. 31-45, 2008.